



Recebido em 10/01/2025  
Aceito em 21/5/2025  
DOI: 10.26512/emtempos.v25i47.56816

## ARTIGO

# A representação do imperador Constantino I na História Nova: crítica, memória e perspectivas de Zósimo (século VI E.C.)<sup>1</sup>

The representation of Emperor Constantine I in the New History: criticism, memory and perspectives of Zosimus (6th century CE)

*Jéssica da Costa Minati Moraes*

Mestranda em História na Universidade Estadual Paulista

<https://orcid.org/0000-0003-2981-0472>

**RESUMO:** O imperador Constantino I é uma figura política central na Antiguidade Tardia, período compreendido entre os séculos III e VIII E.C. Além disso, é um personagem alvo de inúmeras críticas na obra História Nova, escrita pelo historiador do sexto século Zósimo. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é expor como Constantino I é representado nesta obra, bem como observar a maneira como o autor recorre à representação e à memória para construir a sua narrativa sobre o imperador. Para alcançar tal objetivo, apoiar-nos-emos no Livro II da História Nova e analisaremos as passagens juntamente com a descrição do contexto histórico em que se insere para entendermos as intenções de Zósimo ao representar o imperador da maneira que o fez.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antiguidade Tardia. Zósimo. Constantino I.

**ABSTRACT:** Emperor Constantine I is a central political figure in Late Antiquity, a period between the 3rd and 8th centuries CE. Furthermore, he is a character subject to numerous criticisms in the work New History, written by the sixth-century historian Zosimus. Therefore, the objective of this work is to expose how Constantine I is represented in this work, as well as observe the way in which the author uses representation and memory to construct the narrative about the emperor. To achieve this objective, we will use Book II of the New History, and we will analyse the passages together with the description of the historical context to understand Zosimus' intentions in representing the emperor in the way he did.

**KEYWORDS:** Late Antiquity. Zosimus. Constantine I.

---

<sup>1</sup> Todas as datas as quais nos referimos neste trabalho estão inseridas no período da Era Comum, exceto quando devidamente indicadas.

## Introdução

O imperador Constantino I (r. 306-337) é uma figura central da Antiguidade Tardia, um período que de acordo com Edith Gillian Clark (2011, p. 3), um declínio de Roma, mas, do mesmo modo, a sua sobrevivência. A discussão sobre o colapso do mundo romano esteve, por muito tempo, vinculada ao discurso historiográfico dominante que enfatizava uma suposta crise no século III. Sobre essa discussão, temos em Jean-Michel Carrié (2021, p. 15) o argumento de que essa é uma ideia que deve ser rejeitada, pois os elementos de continuidade prevaleceram sobre os elementos de ruptura. Além disso, não é possível afirmar que houve uma crise generalizada, pois as variações territoriais conferiram um grande dinamismo para o período.

Por isso, a reavaliação da historiografia da Antiguidade Tardia mostrou-se essencial. Apesar das novas definições e da ênfase em teorias de continuidade, Carlos Machado (2015, p. 83-86) destaca que a visão tradicional de declínio ainda persiste, mesmo diante do uso de novos métodos e abordagens. Essa perspectiva pessimista também é observada na obra de Zósimo, historiador do século VI, cujo trabalho será o nosso objeto de análise. Na monografia que originou este artigo, alicerçamos a hipótese de que Zósimo se baseou nas demandas administrativas e fiscais para tecer uma crítica ao passado e ao imperador Constantino I, projetando na sua figura os problemas imperiais e constantinopolitanos dos séculos V e VI.

Notamos que, nas pesquisas acadêmicas, Constantino I é largamente lembrado pelos aspectos positivos que marcaram a sua administração, entre eles, o decreto do Édito de Milão, promulgado em 313, responsável por encerrar as perseguições aos cristãos. Além disso, Constantino I é geralmente descrito por autores eclesiásticos, fundindo sua história política com a história da igreja cristã. Por esta razão, o trabalho de Zósimo é importante, pois fornece outra perspectiva sobre o imperador.

Diante da temática selecionada para este trabalho, nosso objetivo é expor como o imperador Constantino I é representado na obra História Nova, escrita por Zósimo, importante autor da Antiguidade Tardia, cuja obra e características serão descritas em nosso próximo tópico. As passagens selecionadas são aquelas em que Zósimo escreveu sobre as ações de Constantino I nas esferas políticas, administrativas, fiscais e religiosas. E, ao analisar essas passagens, também discutiremos acerca do contexto histórico em que o imperador estava inserido.

### **Caracterização de Zósimo e considerações sobre a História Nova**

Sabemos muito pouco sobre Zósimo e a ausência de informações precisas sobre Zósimo nos levará a criar hipóteses e estabelecer datas por aproximação. Acreditamos ser provável que Zósimo tenha nascido em torno do ano 460 e vivido até meados de 518 ou 520, data aproximada da publicação de sua obra.

Zósimo foi um *advocatus fisci* e lidou com a parte legal e fiscal do império e com o tesouro imperial e, por esta razão, acreditamos que residiu em Constantinopla, uma vez que o cargo estava ligado à Prefeitura Pretoriana do Oriente (Goméz Aso, 2010, p. 3). A ocupação deste cargo pode ou não indicar laços estreitos com o poder imperial, pois os funcionários que ocupavam altos cargos eram escolhidos pelo imperador. Assim, supomos que Zósimo possa ter sido oriundo de uma família nobre ou influente, além de ter recebido uma boa educação (Maldonado, 2019, p. 2).

Segundo A.H.M. Jones (1964, p. 509), esses funcionários possuíam um período de exercício limitado a dois anos, após o qual os ocupantes deveriam deixar o cargo. Além disso, Jones observa que os funcionários de mais alto nível recebiam o título de *comes*, que correspondia a uma posição de conselheiro pessoal e companheiro próximo do imperador, denotando, portanto, uma relação estreita entre esses funcionários e o soberano (McCormick, 2008, p. 146).

O cargo ocupado por Zósimo, apesar do nome, não se relaciona diretamente com o termo advogado do Direito, mas, por se tratar de questões legais relacionadas ao tesouro, é possível que, para ascender a este cargo, o funcionário tivesse o conhecimento necessário da legislação fiscal. Então, é possível deduzir que Zósimo, ao ter acesso a uma boa educação, pode ter frequentado alguma escola dedicada ao estudo das leis e possuía conhecimento sobre a legislação específica do tesouro (Harries, 2012, p. 1049).

Quanto às práticas religiosas de Zósimo, estudiosos como Kenneth Harl, Francesca Niuitta (2016), Rafael Maldonado e Albrecht Berger (2022) confirmam que ele era um autor não cristão. A dimensão religiosa na História Nova é um elemento crucial para entendermos algumas de suas críticas, direcionadas não somente a Constantino I, mas também a outros imperadores. Para ele, a adoção da religião cristã constituía um dos fatores responsáveis pela decadência de Roma, juntamente com o abandono dos festivais tradicionais, dos oráculos e da prática de sacrifícios, atividades rejeitadas pela doutrina cristã.

No que diz respeito à obra de Zósimo, sabemos que foi escrita em uma data incerta, estabelecida entre o final do século V e o início do século VI, entre os anos 498 e 518. Devido a uma escassez de informações, não sabemos em que cidade estava, mas acreditamos que residia em Constantinopla e que tenha escrito sua obra nesta mesma cidade, uma vez que, em um trecho do Livro II, Zósimo demonstrou conhecimento acerca da paisagem urbana, mencionando uma reforma feita por Constantino I.

A História Nova é composta por seis livros, originalmente lavrados em grego, que acreditamos ser a língua materna de Zósimo. O único manuscrito que chegou aos dias atuais está armazenado na Biblioteca Apostólica do Vaticano e teria chegado ao local, de acordo com Francesca Niutta (2016, p. 162), no ano 1475, ao aparecer pela primeira vez em um inventário. Não temos certeza de como esse manuscrito chegou até o Vaticano, mas acredita-se que estava armazenado anteriormente no mosteiro de Chora.<sup>2</sup> Também não é possível estabelecer quem teria levado esse manuscrito para ser armazenado na biblioteca, pois esta informação não consta no inventário; há somente a data em que foi realizado e o registro de já armazenado no local.

Para este trabalho, foi selecionado somente o Livro II da História Nova, que compreende a temática proposta e narra todo o período do governo de Constantino I. Destacamos haver uma lacuna entre o final do Livro I e o início do Livro II, que não traz nenhum prejuízo para nosso entendimento, mas a narrativa sobre a Tetrarquia iniciada por Diocleciano foi perdida. Acerca dessa lacuna, consideramos duas hipóteses. A primeira é a de que os trechos tenham sido perdidos durante a cópia do manuscrito, uma vez que esse trabalho foi realizado por pelo menos quatro copistas. A segunda hipótese é que a omissão tenha sido deliberada, devido ao conteúdo referente à perseguição aos cristãos promovida por Diocleciano e pela Tetrarquia. Como os manuscritos foram copiados por monges, é plausível terem optado por suprimir essa parte da narrativa.

Retomando o Livro II, Zósimo descreve em ricos detalhes as comemorações dos Jogos Seculares e como os deuses romanos teriam ficado furiosos com o abandono dessa celebração e dos sacrifícios, contribuindo para a catástrofe que aconteceria à Roma no futuro (Candau Morón, 1992, p. 163). Posteriormente, ponderou sobre os eventos que envolvem o imperador Constantino I até a sua morte, relatando os acontecimentos referidos à divisão administrativa do império

---

<sup>2</sup> O mosteiro ortodoxo de Chora é dedicado a São João, o Teólogo, e fica localizado na Ilha de Patmos, na Grécia.

pelos filhos do imperador. Sobre Constantino I, Zósimo deu enfoque aos conflitos internos com os outros imperadores e nas guerras civis que levaram ao momento em que este personagem se torna o único imperador.

Dentro dessa caracterização de Zósimo como autor, devemos entender quais eram as suas intenções e motivações por trás deste trabalho. Ele não deixa pistas e tampouco dedica a obra a algum amigo ou personalidade específica, mas suas intenções podem ser observadas com uma leitura atenta do Livro I. Em primeiro lugar, Zósimo quis escrever uma história sobre o Império Romano e, para alguns autores como Walter Goffart (1971) e Marion Kruse (2019), ele quis escrever uma história sobre a “queda de Roma”, lembrando que ele foi uma testemunha dos acontecimentos de 476, com a deposição de Rômulo Augusto e a tomada de poder por Odoacro.

Infere-se, portanto, que havia um descontentamento e que, ao contar toda a história do Império Romano, Zósimo apontaria onde os governantes teriam errado e como as suas ações levaram Roma a um colapso e uma decadência. Além disso, ele se inspira em Políbio (220 aEC-120 aEC) ao adotar uma estrutura narrativa da historiografia clássica, com preocupação com a ordem cronológica, causas e consequências dos eventos, utilizando também elementos retóricos e construções literárias.

Para escrever a sua obra, Zósimo utilizou dois autores anteriores a ele: Eunápio de Sardes e Olimpodoro de Tebas, que também teriam sido autores não cristãos e devem ter influenciado diretamente a sua narrativa. Sobre Eunápio, sabemos que nasceu na cidade de Sardes, na atual Turquia, possivelmente entre os anos 345 e 359, e teria falecido após 414. Sua obra, intitulada História, sobreviveu aos dias atuais em pequenos fragmentos, e teria sido a principal inspiração de Zósimo, visto que Eunápio discorreu sobre os acontecimentos entre os anos 270 e 414 (Kazhdan, 1991, p. 745-746). Já Olimpodoro de Tebas nasceu em Tebas, no Egito romano, em 380 e faleceu aproximadamente no ano 425. Ele teria sido um historiador, poeta e apreciava a filosofia. Sua obra, também chamada História, não sobreviveu aos dias atuais (Kazhdan, 1991, p. 1524).

### **A representação de Constantino I na História Nova**

Para entendermos a representação de Constantino I, devemos entender quem foi este importante personagem da Antiguidade Tardia. Constantino nasceu por volta do ano 272, em Naísso, na Mésia Superior. Era filho de Constâncio Cloro, um oficial romano, e de Helena. Seu pai, inicialmente César, tornou-se

Augusto durante a Tetrarquia instituída por Diocleciano (Odahl, 2010, p. 73; Barnes, 2014, p. 30-32). Constantino recebeu formação militar e política nas cortes de Diocleciano e Galério, sendo elogiado pelas suas capacidades militares. Após a morte de seu pai em 306, na cidade de Eboraco (atual York, na Inglaterra), foi aclamado imperador pelas tropas. Essa ascensão marcou o início de diversos conflitos internos entre os pretendentes ao trono romano, no contexto da instabilidade sucessória provocada pela Tetrarquia (Odahl, 2010, p. 78-80).

Ele consolidou seu poder após uma série de guerras civis, tendo como ponto de virada a vitória sobre Maxêncio na famosa Batalha da Ponte Mílvia, em 312. Em 313, Constantino e Licínio, seu aliado à época, publicaram o Edito de Milão, que garantiu liberdade de culto e restituiu aos cristãos suas propriedades confiscadas, encerrando, assim, as perseguições iniciadas por Diocleciano (Pohlsander, 1996, p. 25). A partir de então, Constantino passou a favorecer abertamente os cristãos, concedendo-lhes privilégios legais e financeiros. Ainda no campo religioso, Constantino buscou a unidade da igreja e do império, convocando o Concílio de Niceia em 325, que condenou o arianismo e elaborou o Credo Niceno, estabelecendo importantes bases doutrinárias.

Além da política religiosa, Constantino promoveu reformas administrativas, militares e econômicas. Introduziu o *solidus*, uma moeda de ouro, que perdurou por séculos no Império Romano, e fortaleceu o controle imperial sobre a burocracia e o exército. Constantino consolidou sua autoridade como único imperador em 324, ao derrotar Licínio (Mitchell, 2013, p. 58-59). Neste ano, transferiu a capital do império para Bizâncio, sendo refundada seis anos depois, em 330, como Constantinopla, atual Istambul. O imperador faleceu em 337, próximo a Nicomédia, e foi sepultado na Igreja dos Santos Apóstolos em Constantinopla, sendo lembrado tanto como uma importante figura no contexto do Império Romano quanto uma figura sagrada no cristianismo.

Zósimo iniciou suas considerações sobre a política religiosa de Constantino I com críticas veladas ao cristianismo, destacando que o autor raramente menciona diretamente essa religião em toda a sua obra. Zósimo afirmou que, até certo ponto, Constantino I ainda praticava a religião romana, mas essa prática era motivada “não tanto por honra quanto por necessidade, e acreditava nos videntes, pois havia aprendido por experiência que eles profetizavam a verdade em todos os seus sucessos” (Zósimo, 2013, p. 219, 2.29, tradução nossa).<sup>3</sup> Entretanto, como

---

<sup>3</sup> “Celebrava ancora le cerimonie tradizionali, non per ossequio, ma per interesse; per questo obbediva anche agli indovini, avendo sperimentato che avevano previsto tutti i suoi successi”.

o próprio autor relata, o principal motivo que levou Constantino I a abandonar a religião romana e aderir ao cristianismo foi o sentimento de culpa pelo assassinato de Crispo (m. 326) e Fausta (fl. 289-326). De acordo com Zósimo, “quando ele veio para Roma, ele [Constantino] estava cheio de arrogância e achou adequado começar sua impiedade em casa” (Zósimo, 2013, p. 219, 2.29, tradução nossa).<sup>4</sup> Além disso, “sem qualquer consideração pela lei natural, ele matou seu filho, Crispo, sob suspeita de ter tido relações sexuais com sua madrasta Fausta” (Zósimo, 2013, p. 219, 2.29, tradução nossa).<sup>5</sup>

Crispo, filho mais velho de Constantino I e Minervina<sup>6</sup>, possivelmente sua primeira esposa, nasceu de uma união que, segundo Odahl, teria ocorrido quando Constantino ainda era jovem (2010, p. 72). Minervina teria falecido pouco tempo após o nascimento do filho. Fausta, por sua vez, foi prometida a Constantino por Maximiano (r. 286-305) ainda na infância, com aproximadamente sete anos, sendo significativamente mais jovem que o futuro imperador.

O assassinato de Crispo permanece uma questão controversa entre os historiadores. De acordo com Doležal (2022, p. 325) e Lenski (2006, p. 79), Fausta teria acusado Crispo de cometer um crime sexual contra ela, convencendo Constantino da veracidade da acusação. Assim, o imperador mandou executar o próprio filho sem julgamento, razão pela qual Zósimo afirmou que ele “não teve consideração pela lei natural”. Mas, com a morte de Crispo,

a mãe de Constantino, Helena, se entristeceu com esta atrocidade e ficou inconsolável com a morte do jovem. Constantino, como para confortá-la, aplicou um remédio pior que a doença: mandou esquentar demais um banho e nele colocou Fausta até que ela estava morta (Zósimo, 2013, p. 221, 2.29, tradução nossa).<sup>7</sup>

Em seguida, Zósimo argumentou que essas mortes causaram culpa em Constantino e teria sido esta a razão para que o imperador se tornasse cristão:

Como ele próprio estava ciente de sua culpa e de seu desrespeito aos juramentos, ele se aproximou dos padres pedindo absolvição, mas eles disseram que não havia nenhum tipo de expurgo conhecido que pudesse absolvê-lo de tais impiedades (Zósimo, 2013, p. 221, 2.29, tradução nossa).<sup>8</sup>

---

4 “E quando giunse a Roma, pieno di arroganza, pensò che bisognava dare prova di empietà cominciando dalla famiglia”.

5 “Senza tenere in alcun conto le leggi naturali, uccise infatti il figlio Crispo, elevato alla dignità di cesare, come ho detto prima, sospettato di avere una relazione con la matrigna Fausta”.

6 As informações sobre Minervina são escassas e imprecisas, uma vez que seu relacionamento com Constantino I é pouco documentado pelas fontes.

7 “Poiché Elena, la madre di Costantino, era indignata per un simile gesto e riteneva insopportabile l’assassinio del giovane, Costantino, quasi per consolarla, cercò di rimediare al male commesso con un male più grande ancora. Infatti ordinò di riscaldare un bagno oltre la temperatura normale e, immersa Fausta, la tirò fuori quando ormai era cadavere”.

8 “Consapevole di questi crimini e di non avere rispettato i giuramenti, si presentava ai sacerdoti, chiedendo loro sacrifici espiatori per le proprie colpe; ma poiché essi risposero che nessuna

A conversão de Constantino I também continua sendo um tema controverso, pois não há testemunhos claros na historiografia sobre a exatidão desse momento. Para autores como Van Dam (2011, p. 37), Zósimo apresentou uma versão distinta daquela que chegou à contemporaneidade, descrita principalmente por autores cristãos. Uma dessas versões, relatada por Pohlsander (1996, p. 23-24), narra que, antes de uma batalha contra o imperador Maxêncio (r. 306-312), Constantino I teria sonhado com o sinal de Cristo e uma cruz acompanhada das palavras *hoc signor victor eris*<sup>9</sup>. Em contrapartida, Zósimo ofereceu a perspectiva de que após o episódio envolvendo os assassinatos de seu filho Crispo e sua esposa Fausta, Constantino I teria conhecido um egípcio, que lhe assegurou que a religião cristã iria absolvê-lo da culpa. Para Odahl (2010), Van Dam (2011) e Pohlsander (1996), essa narrativa de Zósimo apresenta um erro cronológico, proposital ou não.

Se considerarmos que Zósimo tenha acessado a obra de Olimpodoro de Tebas e Eunápio de Sardes, autores que, ao que parece, não eram cristãos, não podemos descartar a hipótese de que sua escolha narrativa tenha sido intencional. Ao optar por retratar Constantino I como alguém que se converteu ao cristianismo somente para se livrar da culpa, Zósimo reforçou uma prática sociopolítica de legitimação de sua opinião. Como Roger Chartier (2002, p. 18) explica, ao representar algo ou alguém, construímos significados para o mundo social. Assim, a representação de Zósimo deve ser compreendida como uma construção narrativa deliberada, alinhada à sua visão crítica do imperador. Por fim, de acordo com Zósimo, Constantino I acreditou no que lhe foi dito, converteu-se e iniciou uma série de medidas contra a religião romana. A primeira dessas ações foi a abolição da adivinhação.

Sobre a ação político-religiosa de Constantino I, Pohlsander (1996, p. 20-21) explica que, antes da decisiva batalha contra Maxêncio, o imperador consultou os livros sibilinos para fortalecer o ânimo de suas tropas, confiando em uma previsão de vitória. Ao vencer a batalha, essa vitória seria vista como uma prova da veracidade dos oráculos e das práticas de adivinhação. Contudo, segundo Zósimo, ao perceber que esses oráculos poderiam também prever potenciais derrotas, Constantino julgou prudente proibir essa prática no império, como uma medida cautelosa. Zósimo demonstrou grande apreço pela religião romana e utiliza sua narrativa para criticar Constantino I, a quem responsabiliza

---

*purificazione era in grado di ancellare simili empierà*”.

<sup>9</sup> Esta expressão significa “com este sinal vencerás”, e por esta razão Constantino I ordenou que os escudos de seu exército fossem pintados com o desenho de uma cruz (Barnes, 2014, p. 81).

por iniciar a transição que resultou no crescimento significativo do cristianismo e na liberdade de sua prática no império. No contexto histórico em que Zósimo escreveu, o sexto século, os conflitos religiosos e os cismas estavam em evidência, agravando sua crítica.

Ao recorrer à memória, Zósimo selecionou e interpretou as ações de Constantino I de maneira deliberada, apresentando um passado alinhado à sua intenção narrativa (Burke, 2000, p. 69). Contudo, não podemos afirmar se essa visão foi inteiramente influenciada pelas fontes que ele utilizou ou se reflete um pensamento pré-concebido. É importante lembrar que a memória frequentemente se manifesta sob múltiplos pontos de vista. No caso de Zósimo, temos uma visão não cristã, que contrasta com a perspectiva dos autores eclesiásticos, cuja narrativa tende a exaltar Constantino, omitindo possíveis falhas e aspectos negativos relacionados ao imperador (Burke, 2000, p. 72).

Além das questões político-religiosas, outro aspecto relevante para compreender as críticas ao imperador são as políticas administrativas, especialmente as fiscais, implementadas por Constantino I. Um dos relatos de Zósimo abordou Constantinopla, destacando o aumento significativo no tamanho da cidade quando o imperador decidiu refundá-la:

Quando ele ampliou a cidade original, construiu um palácio pouco inferior ao de Roma. Ele decorou o hipódromo mais lindamente, incorporando nele o templo dos Dióscuros; suas estátuas ainda podem ser vistas nos pórticos do hipódromo (Zósimo, 2013, p. 225, 2.31, tradução nossa).<sup>10</sup>

Zósimo demonstra familiaridade com Constantinopla, afirmando que as estátuas ainda podem ser vistas, indicando seu conhecimento sobre a cidade e confirmando que elas integram a decoração do hipódromo. Curiosamente, ao tratar da decoração de Constantinopla, Zósimo não teceu críticas a Constantino I. Ele observou que, no processo de ornamentação, o imperador utilizou estátuas e referências à religião romana e suas divindades, além de construir templos. Esse fato pode explicar a ausência de críticas nesse contexto específico.

Além disso, encontramos outro trecho no qual Zósimo se refere à decoração de Constantinopla, chamando-a ainda de Bizâncio:

Ele até colocou em algum lugar do hipódromo o tripé de Apolo Delfico, que tinha nele a própria imagem de Apolo. Havia em Bizâncio um enorme fórum composto por quatro pórticos e, no final de um deles,

---

<sup>10</sup> “Dopo avere portato a termine in questo modo una città molto più grande della precedente, costruì anche un palazzo non molto inferiore a quello di Roma. Abbellì con ornamenti di ogni tipo anche l’ippodromo, creando in una parte di esso il santuario dei Dioscuri, dei quali è possibile ancora oggi vedere pure le statue innalzate sui portici dell’ippodromo”.

que tem vários degraus que levam a ele, ele construiu dois templos nos quais ergueu duas estátuas (Zósimo, 2013, p. 225, 2.31, tradução nossa).<sup>11</sup>

Alguns capítulos à frente, Zósimo adotou uma postura mais hostil em relação a Constantino I. Inicialmente, ele abordou o crisárgiro<sup>12</sup>, imposto instituído pelo imperador, que prejudicou a população:

Depois disso, Constantino continuou desperdiçando receitas com presentes desnecessários a pessoas indignas e inúteis, e oprimiu aqueles que pagavam impostos enquanto enriquecia aqueles que eram inúteis para o estado (...), incluindo os lojistas urbanos mais pobres; ele não permitiu que nem mesmo as infelizes prostitutas escapassem (Zósimo, 2013, p. 237, 2.38, tradução nossa).<sup>13</sup>

Nesse contexto, pode-se inferir que Zósimo fez referência à construção de igrejas e aos favores financeiros concedidos a bispos e outros clérigos, enquanto a população era oprimida pelos impostos cobrados pelo governo romano. Embora Constantino I tenha mantido muitas das reformas administrativas e fiscais instituídas por Diocleciano (r. 284-305), ele foi responsável pela criação do crisárgiro, imposto já citado anteriormente e implementado no século IV (Cameron, 1993, p. 113; Depeyrot, 2006, p. 242):

De fato, as mães vendiam seus filhos e os pais prostituíam suas filhas sob a compulsão de pagar os cobradores do crisárgiro. Ansioso também por causar algum dano aos mais abastados, Constantino nomeou cada um deles para o posto de pretor e usou essa honra como pretexto para exigir uma grande soma de dinheiro (Zósimo, 2013, p. 239, 2.38, tradução nossa).<sup>14</sup>

No século IV, os pretores<sup>15</sup> já não possuíam a mesma importância e poder de outrora no Império Romano. No entanto, ao conceder essa honraria a cidadãos

---

11 *“In una parte dell’ippodromo collocò anche il tripode di Apollo delfico, che sosteneva pure la statua del dio. Il foro di Bisanzio era grandissimo, circondato da quattro portici; all’estremità di uno di essi – vi si arriva dopo avere salito molti gradini – costruì due templi, nei quali innalzò due statue”.*

12 O crisárgiro foi um imposto que deveria ser pago em ouro ou prata, e por esta razão a população deve ter encontrado dificuldades para pagá-lo. Foi abolido pelo imperador Anastácio I em 518. Em latim encontramos referência sobre esse mesmo imposto chamado de *collatio lustralis* (Blanch Nougés, 2014, p. 311-312). O imposto era cobrado de todos os comerciantes, além de também taxar prostitutas. Já os agricultores, proprietários de terra e artistas que comercializavam sua arte não eram cobrados.

13 *“Costantino, dopo avere portato a termine queste cose, continuò a sperperare i tributi con donazioni inopportune a uomini indegni e inutili; opprimeva chi pagava le imposte, arricchiva invece chi non poteva essergli di nessun vantaggio (...). Fu lui a imporre il tributo in oro e in argento a tutti quelli che in ogni parte della terra si dedicavano ai commerci e mettevano in vendita ogni cosa nelle città; anche i più umili erano soggetti alle imposte: non esentò neppure le sventurate prostitute”.*

14 *“Le madri arrivarono addirittura a vendere i figli e i padri prostituirono le figlie, costrette a versare il ricavato della loro attività agli esattori del crisargiro. Volendo procurare qualche preoccupazione anche a quelli che godevano di una condizione brillante, elevava ciascuno alla dignità di pretore, e col pretesto della carica chiedeva un pesante tributo in argento”.*

15 O pretor era um proeminente cargo senatorial, que existiu no Império Romano até o século VI. De acordo com Nicholson (2016, p. 1224), os jovens ocupavam o cargo com pouco mais de vinte anos.

mais abastados, era possível cobrar valores maiores em impostos, como apontou Zósimo (Bunson, 2002, p. 446). Além disso, o autor relata que Constantino I instituiu outro imposto direcionado aos cidadãos mais ricos. Após listar as propriedades desses cidadãos, o imperador impôs um imposto chamado *follis*. Para Zósimo, esses impostos teriam causado o esvaziamento de algumas cidades, embora ele não especifique quais. Essa redução populacional teria ocorrido principalmente em cidades menores, e não nos grandes centros urbanos da Antiguidade Tardia, e, por essa razão, as cidades se esgotaram e ficaram desertas.

Neste trecho, observamos que, apesar das reformas promovidas por Diocleciano e mantidas por Constantino I, os problemas fiscais do Império Romano persistiram. A economia continuava fortemente baseada na agricultura e, conforme Zósimo sugeriu e Averil Cameron demonstra, pode ter havido um declínio populacional significativo no Ocidente e um aumento no Oriente, indicando possíveis movimentos migratórios. Esses deslocamentos poderiam gerar instabilidades econômicas e elevação nos preços. Cameron (1993, p. 114) aponta que “a inflação<sup>16</sup> continuava a subir”.

Os dois capítulos analisados evidenciam como Zósimo acreditou que, ao refundar, expandir e embelezar Constantinopla, Constantino I utilizou recursos excessivos em projetos considerados desnecessários. Esses gastos, segundo Zósimo, desviaram recursos que poderiam ter sido empregados na defesa do império e de suas fronteiras, resultando em sua fragilização e facilitando a entrada de povos bárbaros. Além disso, Lenski sugere que Zósimo criticou as transformações nas paisagens urbanas causadas pelos novos mosteiros e igrejas, que se tornaram centrais no desenvolvimento das cidades. Por serem edifícios cristãos, Zósimo evita elogiar tal progresso e, em vez disso, reforça suas críticas (Lenski, 2016, p. 180).

Recorrendo novamente à memória, Zósimo reconstruiu o passado de Constantinopla particularmente. Ele reconheceu os aspectos positivos do embelezamento e expansão da cidade, que se tornou um proeminente centro urbano da Antiguidade Tardia, mas criticou os gastos associados a essas ações. Seu conhecimento sobre finanças, adquirido durante seu trabalho no fisco, permitiu-

---

16 O termo “inflação” também é utilizado por autores como Georges Depeyrot (2006) e Adriaan De Man (2020), especialmente para descrever as instabilidades econômicas do século IV. Optamos por “elevação de preços”, pois, embora sinônimos, o conceito de inflação é contemporâneo, surgindo e sendo utilizado somente no século XIX.

lhe traçar paralelos entre os gastos imperiais de seu tempo e os de Constantino I, e, ao fazê-lo, Zósimo atribuiu ao imperador o início de um caminho problemático para o império.

A última categoria apresenta um breve histórico do imperador Constantino I, desde os eventos que antecederam sua ascensão ao poder até sua morte. Já no primeiro capítulo analisado, Zósimo relatou episódio em que Constantino teria fugido da corte de Galério (r. 305-311). De acordo com Odahl (2010, p. 73), Constantino havia se tornado tribuno quando seu pai, Constâncio Cloro, foi elevado a César por Maximiano. Embora não exista uma data precisa para determinar quando Constantino passou a residir na corte de Galério, sabe-se que este último se tornou Augusto juntamente com Constâncio em 305, após a abdicação de Diocleciano e Maximiano. É possível supor que Constantino era mantido como uma espécie de refém na corte de Galério, que teria tentado se livrar do futuro imperador ao colocá-lo em situações de risco e estratégias equivocadas (Odahl, 2010, p. 77).

A saúde de Constâncio Cloro estava gravemente debilitada, agravada por campanhas militares contra os pictos. Por isso, há controvérsias sobre a viagem de Constantino: teria sido uma fuga e, ao mesmo tempo, uma estratégia de propaganda para o futuro imperador, ou Galério teria cedido a um pedido de Constâncio? Fato é que Constantino reuniu-se com o pai na moderna York pouco antes de sua morte. Após o falecimento de Constâncio, as tropas sob seu comando e a guarda pretoriana declararam Constantino como *imperator* e augusto. E, buscando legitimar sua posição, Constantino enviou uma mensagem a Galério. Este, no entanto, decidiu nomear Valério Severo (r. 306-307) como Augusto, relegando Constantino ao título de César, ao lado de Maximino Daia (r. 310-313) (Doležal, 2022, p. 248). Esse episódio também é narrado por Zósimo:

O imperador Constâncio faleceu logo depois. Sua guarda pretoriana, pensando que seus filhos legítimos eram indignos da púrpura e vendo Constantino em boa saúde, e animado pela esperança de belas recompensas, conferiu-lhe o posto de César<sup>17</sup> (Zósimo, 2013, p. 183, 2.9, tradução nossa).<sup>18</sup>

Zósimo também buscou deslegitimar Constantino ao tratar de suas origens e, em especial, de sua mãe, Helena (ca. 246-330). O autor atribuiu a Maxêncio,

---

<sup>17</sup> A guarda pretoriana de Constâncio declara Constantino como imperador e augusto, mas Zósimo se contradiz, e acreditamos que seja uma confusão causada pelas hierarquias definidas pela tetrarquia.

<sup>18</sup> “*Proprio in questo periodo morì l'imperatore Costanzo. I soldati di corte giudicarono che nessuno dei suoi figli legittimi fosse degno dell'impero, ma vedendo che Costantino aveva prestanza fisica ed essendo nel contempo stimolati dalla speranza di grandi doni gli conferirono la dignità di cesare*”.

filho de Maximiano *Herculius*, a afirmação de que este considerava intolerável que o filho de uma prostituta realizasse sua ambição de ser imperador. As origens de Helena permanecem obscuras devido à escassez de informações confiáveis sobre sua vida e, portanto, não há evidências que sustentem a acusação de que Helena fosse uma prostituta, e essa alegação parece estar vinculada à natureza de sua relação com Constâncio Cloro, mais do que a qualquer fato.

A tentativa de deslegitimar Constantino está profundamente conectada à rivalidade com Maxêncio e à luta interna pelo poder no colégio imperial. Insatisfeito com as decisões de Galério, Maxêncio planejou assassinar Severo para consolidar sua posição no império. Maximiano, pai de Maxêncio, intervém nesse complô, propondo uma aliança matrimonial: ofereceu a mão de sua filha Fausta a Constantino para persuadi-lo a integrar o plano contra Galério (Barnes, 2014, p. 69; Odahl, 2010, p. 86-88).

Constantino I, ainda relutante em se envolver diretamente nas disputas internas, concentrava seus esforços em campanhas militares contra tribos bárbaras, alcançando vitórias que consolidavam a defesa dos territórios romanos. Entretanto, Maximiano, de acordo com Zósimo, era um homem intrometido e indigno de confiança, mas manteve sua promessa de dar a Constantino sua filha, Fausta. Essa aliança matrimonial solidificou um pacto temporário entre Maximiano, Maxêncio e Constantino contra Galério, visando remover este último do poder (Lanski, 2016, p. 30).

Após a morte de Galério em 311, o império experimentou um breve período de estabilidade. No entanto, a ascensão de Maxêncio como figura central na política romana reacendeu divisões e promoveu novas guerras civis. Nesse contexto de incertezas, surgiu uma aliança inesperada entre Maxêncio e Maximino Daia, como resposta à estratégia de Constantino, que ofereceu a mão de sua irmã, Constância (fl. 290-330)<sup>19</sup>, em casamento a Licínio (r. 308-324). Essa aliança matrimonial visava consolidar o poder de Constantino e Licínio como Augustos legítimos e excluir Maximino Daia do colégio imperial (Odahl, 2010, p. 96; Treadgold, 1997, p. 33). Cameron (2008, p. 92) observa que, desde a morte de Galério, Constantino já planejava maneiras de enfrentar e derrotar Maxêncio, que consolidara sua posição política em Roma. A desconfiança e a determinação de Constantino I, nesse contexto, foram narradas por Zósimo da seguinte forma:

---

19 Constância, na verdade, era meia-irmã do imperador Constantino, filha de Constâncio Cloro e Teodora (fl. 293-305). É sabido que Constantino gostava muito da irmã, concedendo a ela o título de nobilíssima (Bunson, 2002, p. 142).

Constantino, que há muito suspeitava dele [Maxêncio], aumentou os preparativos para a guerra. Juntando tropas dos bárbaros que ele havia conquistado e dos alemães e outros gauleses que, com os coletados da Bretanha, chegavam a noventa mil soldados de infantaria e oito mil de cavalaria, ele marchou dos Alpes em direção à Itália (Zósimo, 2013, p. 193, 2.15, tradução nossa).<sup>20</sup>

O sonho ou a visão que Constantino I teria tido com a cruz de Cristo antecede a Batalha da Ponte Mílvia, em 312. Por esta razão, há diversas narrativas sobre esse conflito decisivo entre Constantino I e Maxêncio. Antes que pudessem se encontrar para uma batalha direta, Maxêncio decide consultar os oráculos (Doležal, 2022, p. 290). Energizado pela profecia, Maxêncio decidiu sair da cidade para enfrentar Constantino I. Esta decisão causou a sua derrota quando Constantino ordenou que sua cavalaria e infantaria avançassem sobre as tropas de Maxêncio, causando diversas baixas, inclusive com os homens que caíram no rio e pereceram afogados (Doležal, 2022, p. 290). Mesmo após a famosa batalha, que figura no Arco de Constantino em Roma e nas narrativas modernas sobre o imperador, não devemos esquecer Licínio e Maximino Daia, que ainda faziam parte da administração imperial (Cameron, 2008, p. 93).

O conflito entre Licínio e Maximino Daia não será detalhado neste trabalho, mas é necessário saber que ambos romperam sua aliança em 313. Foi neste mesmo período que foi elaborado o Edito de Milão, pois Licínio e Constantino encontraram-se nesta cidade para selar o acordo do casamento e a concordância acerca de uma política religiosa comum (Doležal, 2022, p. 297-298; Lenski, 2006, p. 72). Esse edito tornava a religião cristã *religio licita* em todo o Império Romano, permitindo que os cristãos professassem sua fé livremente.

Porém, o bom relacionamento entre os imperadores e o período de paz escondiam uma constante tensão e não tardou a se transformar em uma nova disputa pelo poder. De acordo com Zósimo, o império recaiu sobre Constantino e Licínio, mas, bem pouco tempo depois, eles se desentenderam. Inicialmente, a tensão foi motivada pelo nascimento do filho de Licínio e Constância, Liciniano (ca. 315-326), causando preocupação a Constantino nas questões sucessórias, visto que, até aquele momento, o imperador e Fausta não haviam tido filhos (Doležal, 2022, p. 307). Mas o que desencadeou o primeiro desentendimento

---

<sup>20</sup> “Costantino, che anche prima era sospettoso verso di lui, allora più che mai era pronto ad affrontarlo in battaglia. Riunite le truppe formate dai barbari catturati in guerra, dai Germani e dalle altre popolazioni celtiche, nonché gli uomini raccolti in Britannia, circa novantamila fanti tutti quanti e ottomila cavalieri, muoveva dalle Alpi in Italia”.

entre os Augustos foi a manobra política de Constantino de casar sua meia-irmã Anastácia<sup>21</sup> com Bassiano (fl. século III), um senador, e convencer Licínio a elevá-lo a César para governar a península itálica (Doležal, 2022, p. 308).

Licínio rejeitou a ideia de que Bassiano governasse a península itálica, pois considerava que seu filho seria o sucessor. Constantino, portanto, percebeu que a única maneira de obter o domínio político do império era pela guerra. Deu-se início, então, ao conflito entre os dois imperadores, aproximadamente em outubro de 316, e cinco meses depois, houve uma trégua:

No dia seguinte, eles fizeram uma trégua e decidiram uma aliança e liga, com a condição de que Constantino governasse a Ilíria e todas as províncias além, enquanto Licínio deveria ter a Trácia, o Oriente e tudo além dela, mas que Valente, que havia sido nomeado César por Licínio, deveria ser removido sob o pretexto de que ele era a causa do mal do passado (Zósimo, 2013, p. 203, 2.20, tradução nossa).<sup>22</sup>

Valério Valente (r. 316-317), um oficial, fora elevado a Augusto por Licínio. Durante a trégua e as negociações de paz entre os imperadores, Constantino I exigiu que Valente fosse destituído de seu posto imperial e, posteriormente, foi condenado à morte (Doležal, 2022, p. 310). Como Zósimo afirmou, em 317, os imperadores fizeram um acordo político:

Feito isso e jurados de que isso seria fielmente observado por cada um, como uma garantia mais segura para a manutenção desses acordos, Constantino nomeou Crispo e Constâncio como Césares. Ao mesmo tempo, o filho de Licínio, Liciniano, com somente vinte meses, foi proclamado César. Este então foi o fim da segunda guerra (Zósimo, 2013, p. 203, 2.20, tradução nossa).<sup>23</sup>

Acreditamos que Zósimo fez uma confusão em sua narrativa ao afirmar que este acordo teria significado o fim da segunda guerra entre Constantino I e Licínio. Na realidade, ao nos apoiar na obra de Doležal (2022, p. 307), esta teria sido a primeira guerra civil entre os imperadores. Os Augustos ainda ignoravam um ao outro e não reconheciam as nomeações dos cônsules, causando um mal-estar e uma hostilidade política, dando a Constantino I um pretexto para iniciar uma nova guerra contra Licínio (Doležal, 2022, p. 315).

---

21 Não há dados sobre as datas de nascimento e morte de Anastácia, bem como outras informações acerca de sua vida. Sabemos que viveu entre o século III e IV, e assim como Constância, era filha de Constâncio Cloro e Teodora.

22 “Il giorno seguente ci fu una tregua. A entrambi sembrava opportuno accordarsi e stringere un’alleanza a queste condizioni: Costantino avrebbe esercitato il potere in Illiria e su tutte le provincie al di là di essa, Licinio invece avrebbe tenuto la Tracia, l’Oriente e i territori posti al di là; quanto a Valente, che Licinio aveva nominato cesare, doveva essere ucciso, poiché si diceva che fosse responsabile dei mali accaduti”.

23 “Fatto questo, dopo avere giurato entrambi di attenersi con scrupolo a questi patti, Costantino, per confermare con più forza la sua volontà di rispettare rigorosamente gli accordi, eleva alla dignità di cesare Crispo e Costantino, nato non molti giorni prima ad Arelate. Insieme a loro è eletto anche Liciniano, figlio di Licinio, entrato nel ventesimo anno di vita. Così dunque finì la seconda guerra”.

Da mesma forma, Odahl (2010, p. 162) afirma que o segundo conflito se iniciou com a perseguição aos cristãos realizada por Licínio, rompendo assim o acordo feito em Milão. De mais a mais, Odahl (2010, p. 171) argumenta que ambos os imperadores se distanciaram de diversas formas. Não havendo outra opção senão a disputa direta pelo poder, Constantino se preparou para o conflito com Licínio.

Antes do cerco a Licínio em Nicomédia, Constantino I já havia alcançado outros sucessos nas batalhas, e isso se deve ao fato de Licínio fugir do campo de batalha quando pressentia uma derrota iminente. Antes de chegar à cidade, Licínio teve a atitude de nomear um corregente, um homem chamado Martiniano (fl. século IV), que ocupava o cargo de *magister officiorum*, em uma tentativa frustrada de tentar frear o avanço de Constantino I. Porém, ao chegar na Nicomédia, Licínio percebeu que não haveria mais tropas para lutar contra Constantino I e tentou, então, um acordo (Doležal, 2022, p. 320; Barnes, 2014, p. 106).

Ao pedir para a esposa que intercedesse junto ao irmão, Licínio esperava não ser executado, e Constantino I teria concordado com esta súplica, pois no dia seguinte Licínio marchou para fora de Nicomédia, saindo pelos portões da cidade para se apresentar ao cunhado, entregando suas insígnias imperiais e pedindo perdão pelas suas ações, além de jurar fidelidade ao imperador (Doležal, 2022, p. 320; Barnes, 2014, p. 106). Mas Constantino I não deve ter ficado satisfeito com suas ações iniciais. Ele não havia perdoado Licínio, e as documentações sugerem que Constantino I violou seu juramento de que Licínio não seria executado, mas observamos que Zósimo tentou mostrar em sua narrativa que esta prática era algo comum na vida do imperador.

Após a morte de Licínio, “todo o império agora recaiu sobre Constantino sozinho” (Zósimo, 2013, p. 219, 2.29, tradução nossa).<sup>24</sup> A opinião de Zósimo sobre o imperador já não era das mais amistosas, uma vez que o autor sempre fez juízo de valor acerca das atitudes de Constantino. Mas, após esse episódio narrado no capítulo 29, encontramos um trecho em que Zósimo é particularmente neutro, quando se trata da fundação de Constantinopla.

De acordo com Burckhardt (1949, p. 27) Constantino não gostava de Roma, supostamente desde a execução de seu filho, e, por isso, procurou uma nova cidade para estabelecer como principal cidade do Império Romano e residência do imperador:

---

<sup>24</sup> “*Tutto il potere era nelle mani del solo Costantino*”.

Incapaz de suportar as maldições de quase todos, ele procurou uma cidade como contrapeso a Roma, onde teve que construir um palácio. Quando ele encontrou um lugar na trilha entre Sigeion e a antiga Ílion adequado para construir uma cidade, ele lançou as fundações e construiu parte da muralha que ainda pode ser vista até hoje enquanto você navega em direção ao Helesponto, mas ele mudou de ideia e, deixando a obra inacabada, foi para Bizâncio (Zósimo, 2013, p. 223, 2.30, tradução nossa).<sup>25</sup>

Por conta das mudanças realizadas, Zósimo afirmou que “o local da cidade o agradou e ele resolveu ampliá-la o máximo possível para torná-la uma casa digna de um imperador” (Zósimo, 2013, p. 223, 2.30, tradução nossa).<sup>26</sup> Além da ampliação da cidade, Constantino também utilizou diversas estátuas dos deuses romanos para decoração e construiu prédios públicos para a cidade estar à altura de acolher um imperador. Posteriormente, Zósimo direcionou suas críticas para as conquistas militares do imperador, ou a falta delas:

Constantino não lutou mais batalhas vitoriosas: quando os taifalos, um povo cita, o atacaram com quinhentos cavalos, ele não somente não se opôs a eles, mas, quando perdeu a maioria de seu exército e os viu saqueando até seu acampamento fortificado, ele ficou feliz em se salvar fugindo (Zósimo, 2013, p. 225, 2.31, tradução nossa).<sup>27</sup>

Zósimo acabou sendo injusto com o imperador, ignorando os conflitos travados com tribos bárbaras em 328, contra os godos em 332, contra os sármatas em 334 e a preparação de uma campanha militar grande contra os persas em 337, um pouco antes de sua morte (Lenski, 2016, p. 43). O aborrecimento de Zósimo continuou quando ele afirma que Constantino I instituiu uma ração diária de grãos para a população e que, apesar de estar em paz, o imperador dedicou a sua vida ao prazer. O autor, então, entrou na questão fiscal, afirmando que o imperador estava gastando dinheiro público com estruturas inúteis.

Este fato deve ter irritado a Zósimo, pois a construção demandava uma grande movimentação de verbas públicas, e igualmente a demolição e reconstrução (Cameron, 2008, p. 101-103). Outra atitude do imperador, criticada por Zósimo, foram as mudanças administrativas, envolvendo as prefeituras pretorianas:

Ele também confundiu completamente as magistraturas antigas e estabelecidas. Anteriormente, havia dois prefeitos pretorianos

---

<sup>25</sup> “*Ma non sopportando di essere biasimato quasi da tutti, cercò una città che fosse pari a Roma, dove costruire il suo palazzo. Trovandosi tra il capo Sigeo della Troade e l’antica Ílio, e avendo scoperto un luogo adatto alla costruzione di una città, pose le fondamenta ed eresse una parte del muro, che ancor oggi possono vedere quelli che navigano verso l’Ellesponto. Sennonché, cambiata idea, lasciò l’opera incompiuta e si recò a Bisanzio*”.

<sup>26</sup> “*Avendo ammirato la posizione della città, decise di ampliarla il più possibile e di renderla adatta alla residenza di un imperatore*”.

<sup>27</sup> “*avendo costruito case per alcuni senatori che l’avevano seguito, non portò a termine con successo nessuna guerra. Quando i Taifali, popolo di origine scitica, lo attaccarono con cinquecento cavalieri, non solo non oppose loro resistenza ma, dopo avere perso gran parte dei suoi uomini e avere visto che i nemici arrivavano a fare bottino sino al suo accampamento, preferì salvarsi con la fuga*”.

que administravam o cargo juntos, e não somente os soldados da corte estavam sob seus cuidados e comando, mas também aqueles encarregados da proteção da cidade e da fronteira. Pois a prefeitura era considerada inferior somente ao imperador e estava encarregada do milho e corrigia os crimes militares com as devidas punições (Zósimo, 2013, p. 227, 2.32, tradução nossa).<sup>28</sup>

Mas lembramos que, conforme Nicholson (2016, p. 1220-1221) argumenta, durante o governo de Constantino, os prefeitos pretorianos teriam atingido o auge de seu poder. A afirmação de Zósimo foi contraditória, pois de fato os prefeitos pretorianos estavam somente abaixo do imperador, e a principal mudança foi transferir o comando do exército aos *magister militum*. Zósimo ainda afirmou que o imperador “Constantino perturbou essa organização sólida e dividiu o escritório em quatro. (...) Após dividir assim o cargo dos prefeitos, ele estava ansioso para reduzir ainda mais a influência deles” (Zósimo, 2013, p. 229, 2.33, tradução nossa).<sup>29</sup>

Na realidade, a crítica de Zósimo pode estar baseada na decisão do imperador de integrar os clérigos na administração imperial. Alguns magistrados cívicos tradicionais perderam espaço para os oficiais da igreja, evidenciando a união entre as instituições políticas romanas e a igreja. Ao tomar esta decisão, Constantino I permitiu que os clérigos julgassem casos civis, anteriormente sob responsabilidade do prefeito pretoriano (Lenski, 2016, p. 197).

Dando sequência às acusações dos motivos pelos quais Zósimo atribuiu o fracasso de Roma, a permissão da entrada dos povos bárbaros no território romano, dizendo que “Constantino fez outra coisa que deu aos bárbaros acesso irrestrito ao Império Romano” (Zósimo, 2013, p. 231, 2.34, tradução nossa).<sup>30</sup> Zósimo também nos diz que, pela premeditação de Diocleciano,

as fronteiras do império, em todos os lugares, foram cobertas, como afirmei, com cidades, guarnições e fortificações que abrigavam todo o exército. Consequentemente, era impossível para os bárbaros cruzarem a fronteira, porque eles eram confrontados em todos os pontos por forças capazes de resistir aos seus ataques (Zósimo, 2013, p. 231, 2.34, tradução nossa).<sup>31</sup>

---

28 “*Sconvolse anche le magistrature istituite da tempo. I prefetti del pretorio erano due ed esercitavano insieme la carica; alla cura e all'autorità di costoro non solo erano affidate le truppe di corte, ma anche quelle che avevano il compito di difendere la città, nonché i contingenti che presidiavano tutti i confini; infatti i prefetti, che erano secondi soltanto all'imperatore, provvedevano alle donazioni di cibo e reprimevano con opportune punizioni le trasgressioni commesse nell'addestramento militare*”.

29 “*Costantino, variando quanto era stato ben stabilito, divise un'unica magistratura tra quattro funzionari. (...) Suddiviso in questo modo il potere dei prefetti, fece di tutto per indebolirlo anche con altri mezzi*”.

30 “*Costantino fece anche qualcos'altro, che permise ai barbari di entrare nei domini romani*”.

31 “*Infatti, per la previdenza di Diocleziano tutto l'impero era stato diviso, come già ho detto, in città, fortezze e torri. Poiché l'esercito era stanziato dappertutto, i barbari non potevano infiltrarsi: dovunque le truppe erano pronte a opporsi agli invasori e a respingerli*”.

Para o autor, a atitude de Constantino foi de destruir a segurança,

removendo a maioria das tropas das fronteiras e posicionando-as em cidades que não precisavam de assistência, despojando assim a proteção daqueles que eram molestados pelos bárbaros e sujeitando as cidades deixadas sozinhas por eles aos ultrajes dos soldados, de modo que doravante a maioria ficou deserta (Zósimo, 2013, p. 231, 2.34, tradução nossa).<sup>32</sup>

Como Jones (1964, p. 98-100) argumenta, na realidade, Constantino I não retirou tropas das fronteiras, mas reduziu o número de soldados, e, naturalmente, isso fez com que esse exército deslocado para a proteção fronteira ficasse enfraquecido. Mas Zósimo também se questionou acerca do poderio bélico das tropas e se este exército seria suficientemente forte para deter o ímpeto dos ataques germânicos. Zósimo acreditava que as cidades estavam desertas devido aos problemas relacionados aos impostos, como já dissemos anteriormente, mas as invasões pelos povos bárbaros e o abandono da defesa das cidades contribuíram ainda mais para esse movimento migratório.

Outra acusação de Zósimo em relação ao exército romano é de que o imperador “enervou as tropas ao permitir que elas se dedicassem a exibições e luxos. Em termos simples, Constantino foi a origem e o início da atual destruição do império” (Zósimo, 2013, p. 231, 2.34, tradução nossa).<sup>33</sup> Esta última frase é muito significativa na narrativa de Zósimo contra Constantino I, pois as críticas ao imperador são contundentes no que diz respeito ao futuro do Império Romano e à romanidade para Zósimo.

Uma das últimas medidas políticas de Constantino I foi nomear seus filhos como Césares em 335, a fim de garantir continuidade e estabilidade política. E, neste período, a cidade de Constantinopla já havia crescido para além do tamanho planejado por Constantino I, de modo que se tornou a maior cidade do império, com o resultado de que muitos dos imperadores sucessores escolheram morar lá. Isso acabou dando a Constantinopla a condição de uma segunda, ou nova, “capital” do Império Romano, desprestigiando Roma.

Por fim, Zósimo nos narrou a morte de Constantino, em 337, enquanto o imperador possivelmente se preparava para a campanha contra a Pérsia e desistiu da ideia ao adoecer. Não há indicação de qual doença o imperador estaria sofrendo, mas já era um homem de 65 anos:

---

<sup>32</sup> “Costantino abolì anche queste misure di sicurezza: rimosse dalle frontiere la maggior parte dei soldati e li insediò nelle città che non avevano bisogno di protezione; privò dei soccorsi quelli minacciati dai barbari, e procurò alle città tranquille i danni provocati dai soldati: perciò ormai moltissime risultano deserte”.

<sup>33</sup> “Inoltre, lasciò che i soldati rammollissero frequentando i teatri e abbandonandosi alle dissolutezze; in una parola, causò e seminò la rovina dello stato, che continua fino a oggi”.

Após oprimir o estado de todas essas maneiras, Constantino faleceu de uma doença. Seus três filhos o sucederam, mas se abstiveram da administração e se dedicaram mais às inclinações da juventude do que ao serviço do império (Zósimo, 2013, p. 241, 2.39, tradução nossa).<sup>34</sup>

## Conclusão

Percebemos que Zósimo usou a representação para projetar sua visão de mundo por meio de sua obra e do imperador Constantino I. Chartier (2002, p. 23) argumenta que a representação é o instrumento de um indivíduo ou de um grupo para construir significados para o mundo social, além de ser uma prática social e política. Sob essa percepção, Zósimo criou uma representação do imperador Constantino I e tentou dar sentido à sua narrativa e legitimar a sua opinião sobre este imperador, construindo diferentes significados que não estão explícitos em sua obra.

Tecidas essas considerações, também encontramos a memória, em que, apesar de não conhecermos as reais intenções de Zósimo para escrever sua obra, acreditamos que seja, como Burke (2000, p. 69) argumenta, necessário registrar para que não se esqueça. Porém, ao fazer isso, Zósimo selecionou conscientemente o que deseja registrar e dá a sua interpretação e distorção dos fatos para favorecer a sua narrativa.

Burke (2000, p. 72) afirma, igualmente, que a memória constitui uma reconstrução do passado, sendo, portanto, moldada por diferentes experiências individuais e coletivas; por isso, grupos sociais e indivíduos não se recordam dos mesmos acontecimentos da mesma maneira, por serem afetados de formas distintas. Sob essa perspectiva, torna-se compreensível a divergência na forma como se narra a trajetória de um imperador que reconheceu o cristianismo, especialmente quando observada por um autor não cristão. A leitura de Zósimo, nesse sentido, diferiu significativamente da dos historiadores eclesiásticos, ao ser influenciada não somente por sua posição frente ao cristianismo, mas também por fatores políticos, fiscais e outros aspectos já discutidos ao longo desta análise.

Assim, ao recorrer à memória como recurso, Zósimo realizou uma seleção intencional das ações de Constantino I, interpretando-as e apresentando esse passado de acordo com seus objetivos narrativos de maneira consciente (Burke, 2000, p. 69). No entanto, não é possível determinar com precisão se sua narrativa foi moldada pelas fontes que utilizou ou se as opiniões de autores como

---

<sup>34</sup> *“Dopo avere mandato in rovina in tutti questi modi lo stato, Costantino morì di malattia; successero al potere i suoi tre figli. Costoro si dedicavano ai problemi dello stato, lasciandosi trascinare più dall’impulso giovanile che dall’interesse pubblico”.*

Olimpiodoro e Eunápio somente reforçaram ideias previamente estabelecidas por Zósimo. É importante lembrar que a memória costuma se manifestar sob múltiplas perspectivas. No caso de Zósimo, temos acesso a uma visão não cristã, que contrasta com a perspectiva dos autores eclesiásticos, os quais tendem a retratar Constantino I de forma majoritariamente positiva, omitindo falhas e aspectos controversos de seu governo (Burke, 2000, p. 72).

Observamos nos relatos em relação a Constantino I que, além da aversão ao caráter do imperador, Zósimo apresentou certa aversão aos povos de origem bárbara, inclusive culpando-os também pela situação à qual o império se encontrava. O autor culpou Constantino pelo início da destruição do Império Romano, uma vez que presenciou os acontecimentos de 476, comumente conhecidos na historiografia como “fim de Roma”.

Acreditamos também que Zósimo questionou problemas de seu tempo presente em sua obra, criticando os imperadores Zenão I (r. 474-491) e Anastácio I (r. 491-518) ao encontrar acontecimentos semelhantes com aqueles vividos por Constantino I. É importante destacar que o autor também fez críticas importantes a outros imperadores cristãos, como Teodósio I (r. 378-395), que, além da religião, também possuía um bom relacionamento com os bárbaros, especialmente os godos.

A crítica religiosa na obra de Zósimo foi bastante clara, ainda que ele não mencione frequentemente os cristãos. Suas observações se concentram nas questões militares, administrativas e fiscais, mas ele atribuiu o início da ruína do império ao abandono da religião romana, que, ao que parece, ele próprio ainda seguia.

Valendo-se mais uma vez do recurso da memória, Zósimo reconstruiu o passado de Constantinopla de acordo com sua perspectiva, destacando tanto aspectos positivos — como o embelezamento e a expansão da cidade, que a transformaram em um importante centro urbano da Antiguidade Tardia — quanto negativos, como os elevados gastos envolvidos nessas iniciativas. Ao ter atuado no setor fiscal, Zósimo dispunha de certo conhecimento sobre o funcionamento das finanças imperiais e identificou semelhanças entre os gastos excessivos de seu tempo e os de períodos anteriores e, considerando a delicada situação política de Roma, ele atribuiu a Constantino o início de um processo de decadência que, em sua visão, levou o Império a um caminho tortuoso (Burke, 2000, p. 80–81).

Portanto, torna-se visível como Zósimo soube aproveitar o uso da representação e da memória para embasar seus argumentos e assim construir

uma representação negativa do imperador Constantino I, diferente das narrativas dos autores cristãos. Além disso, como o autor afirmou no início do Livro I, sua intenção era fazer como Políbio, que escreveu uma história de como os romanos subjugaram os inimigos e construíram um grande império, mas narrar como os romanos destruíram o império com a mesma rapidez.

### Referências:

BARNES, Timothy. **Constantine: Dynasty, Religion and Power in the Later Roman Empire**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.

BERGER, Albrecht. Urban Development and Decline, Fourth-Fifteenth Century. In: BASSETT, Sarah. (Ed.) **The Cambridge Companion to Constantinople**. New York: Cambridge University Press, 2022. p. 33-49.

BLANCH NOUGUÉS, José María. The So-Called “collatio lustralis” in Postclassical Period: A Tax Feared by Traders and Artisans. In: HEREDERO, Ana de Francisco; DE LA FUENTE, David Hernández; PRIETO, Susana Torres (eds.) **New Perspectives on Late Antiquity in the Eastern Roman Empire**. Chesterfield: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p. 311-321.

BROWN, Peter. **El Mundo de la Antigüedad Tardía: De Marco Aurelio a Mahoma**. Traducción de Antonio Piñero. Madrid: Editorial Gredos, 2012.

BUNSON, Matthew. **Encyclopedia of the Roman Empire**. Rev. ed. New York: Facts On File, 2002.

BURCKHARDT, Jacob. **The Age of Constantine the Great**. Londres: Routledge, 1949.

BURKE, Peter. **Variadas de História Cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMERON, Averil. **The Later Roman Empire**. AD 284-430. London: Fontana Press, 1993.

CAMERON, Averil. The Reign of Constantine, A.D. 306-337. In: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil (eds.). **The Cambridge Ancient History**. Cambridge: University Press, v. 12, 2008, p. 90-109.

CANDAU MORÓN, José Maria. La perspectiva histórica de Zosimo. **Erytheia**, v. 13, p. 17-28, 1992.

CARRIÉ, Jean-Michel. The Historical Path of “Late Antiquity”: from transformation to rupture. In: LIZZI TESTA, Rita (Ed.) **Late Antiquity in Contemporary Debate**. XXIIème Congrès du Comité International des Sciences Historiques, Université de Jinan. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2017, p. 174-214.

CARRIÉ, Jean-Michel. Século III, algumas reflexões para sair da “crise”. In: SILVA, Semíramis Corsi; ANTIQUEIRA, Moisés. (Orgs.) **O Império Romano no Século III: crises, transformações e mutações**. 1. ed. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 15-28.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difusão Editorial, 2002.

CLARK, Edith Gillian. **Late Antiquity: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2011, p. 1-12.

DE MAN, Adriaan. Diocleciano e Constantino. In: OLIVEIRA, José Luís Brandão Francisco de (coord.) **História de Roma Antiga**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, v. 2, 2020, p. 311-334.

DEPEYROT, Georges. Economy and Society. In: LENSKI, Noel (ed.). **The Cambridge Companion to the Age of Constantine**. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 226-254.

DOLEŽAL, Stanislav. **The Reign of Constantine, 306-337: Continuity and Change in the Late Roman Empire**. London: Palgrave Macmillan, 2022.

HARL, Kenneth W. Sacrifice and Pagan Belief in Fifth and Sixth Century Byzantium. **Past & Present**, Oxford, n. 128, p. 7-27, 1990.

HARRIES, Jill. Roman Law and legal culture. In: JOHNSON, Scott Fitzgerald. (ed.) **The Oxford Handbook of Late Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2012, p. 1031-1062.

JONES, Arnold Hugh Martin. **The Later Roman Empire, 284-602**. Baltimore: Hopkins, v. 1, 1964.

KAZHDAN, Alexander P. **The Oxford Dictionary of Byzantium**. New York: Oxford University Press, v. 1, 1991.

KRUSE, Marion. **The politics of Roman memory: from the fall of the Western empire to the age of Justinian**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

LENSKI, Noel (ed.). **The Cambridge Companion to the Age of Constantine**. New York: Cambridge University Press, 2006.

LENSKI, Noel. **Constantine and the Cities: Imperial Authority and Civic Politics**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. Late Antiquity, the Fall of Rome and the debate over the “end of the Ancient World.” **Revista História**, São Paulo, n. 173, p. 81-114, jul.-dez., 2015.

MALDONADO, Rafael Alejandro Mesa. **El fin de Roma en la visión de un pagano**. Esbozo sobre la obra de Zósimo, 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/40019653/El\\_fin\\_de\\_Roma\\_a\\_los\\_ojos\\_de\\_un\\_pagano\\_Esbozo\\_sobre\\_la\\_obra\\_de\\_Z%C3%B3simo](https://www.academia.edu/40019653/El_fin_de_Roma_a_los_ojos_de_un_pagano_Esbozo_sobre_la_obra_de_Z%C3%B3simo). Acesso em: 02 de jan. 2025.

MCCORMICK, Michael. Emperor and court. In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michael. **The Cambridge Ancient History**. Cambridge: University Press, v. 14, 2008, p. 135-163.

MITCHELL, Stephen. **A History of the Later Roman Empire, AD 284-641**. 2a ed. Oxford: Wiley Blackwell, 2013.

NICHOLSON, Oliver (Ed.). **The Oxford Dictionary of Late Antiquity**. New York: Oxford University Press, v.1-2, 2016.

NIUTTA, Francesca. Zosimus Historicus. In: DINKOVA-BRUUN, Greti. (ed.) **Catalogus Translationum et Commentariorum**. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2016, vol. 11, p. 153-210.

ODAHL, Charles M. **Constantine and the Christian Empire**. 2 ed. Oxfordshire: Taylor & Francis e-Library, 2010.

POHLSANDER, Hans A. **The Emperor Constantine**. New York: Routledge, 1996.

TREADGOLD, Warren. **A History of the Byzantine State and Society**. Stanford: University Press, 1997.

VAN DAM, Raymond. **Remembering Constantine at the Milvian Bridge**. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 34-47.

ZOSIMO. **Storia Nuova**. Introduzione, traduzione e note di Fabrizio Conca. Testo greco a fronte. Milano: BUR, 2013.